

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.711 - RS (2019/0002105-0)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : B S
AGRAVANTE : S M F S
ADVOGADO : ELIAS CAMPELO MARTINS E OUTRO(S) - RS077338
AGRAVADO : M E R S
ADVOGADOS : ARI DOMINGOS CAOILLA E OUTRO(S) - RS058979
Aline Battistella - RS102638

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interposto por B.S. contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. ANULAÇÃO DE DOAÇÃO. INGRATIDÃO.

Comprovado que o donatário e sua esposa praticaram atos de ingratidão contra a doadora, mostra-se adequada a sentença apelada, que, por esse motivo, revogou a doação.

NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. (fl. 208)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 373, I, §1º e §2º, 385 e 1.022, do CPC/2015, defendendo a ausência de comprovação satisfatória dos atos de ingratidão, suficientes para revogar a doação realizada; que a autora renunciou suas testemunhas e não requereu o depoimento dos réus, ora agravantes.

DECIDO.

2. De início, resguardado de qualquer ofensa está o art. 1.022 do CPC/2015, haja vista que a ofensa somente ocorre quando o acórdão deixa de pronunciar-se sobre questão jurídica ou fato relevante para o julgamento da causa. A finalidade dos embargos de declaração é complementar o acórdão quando nele identificar omissão, ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridade, contradição ou erro material.

Na espécie, a Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. Portanto, não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. Destaco que se a decisão combatida não correspondeu à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. IMÓVEL RURAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 (1.022 do CPC/2015). INEXISTÊNCIA. 2. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO DE QUE O RECORRENTE ERA POSSUIDOR DE MÁ-FÉ. BENFEITORIAS ÚTEIS E NÃO NECESSÁRIAS NÃO INDENIZÁVEIS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte

Superior, não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 nos casos em que o acórdão recorrido resolve com coerência e clareza os pontos controvertidos que foram postos à apreciação da Corte de origem, examinando as questões cruciais ao resultado do julgamento.

[...]

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1608804/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 27/10/2016).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. FILHA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 24 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.717/98. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Afasta-se a ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1220599/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

3. Em outro passo, ressalta-se que no sentido comum do termo, a ingratidão seria o desrespeito por quem lhe proporcionou um benefício. Mas o legislador entendeu que a possibilidade de revogação é exclusiva às situações mais graves, em que o desrespeito importa ofensa a valores sedimentados como relevantes na sociedade sob o ponto de vista da eticidade.

No caso em tela, o Tribunal de origem entendeu, com fundamento na prova dos autos, a existência de fato grave na conduta da donatária (ora recorrida), que ensejou o reconhecimento de ingratidão, consoante se infere do seguinte do acórdão recorrido:

Enfim, o que se tem é aquilo que veio dos depoimentos pessoais. A autora afirmou e os réus negaram.

A favor dos réus, se é lícito projetar alguma dose compreensão, isso vai no sentido de que a donatária viveu 21 anos com o casal réu (filho e nora).

Contudo, também o longo tempo de convivência, de alguma forma, pode fazer surgir o que se costuma chamar "fadiga dos metais".

Ou seja, tal como acontece, com os metais, também as relações familiares podem sofrer "Fadiga". Ou seja, um certo cansaço pode se abater, tanto numa, quanto noutra parte.

Para além dos metais, a expressão passou a ser também, a causa dos esforços alternados que produziam "trincas" (rachaduras, frestas). Ou seja, mudanças estruturais irreversíveis. Trincas, flutuações que ocorrem, assim em materiais sujeitos a flutuações ou deformações, como nas relações entre pessoas.

Com efeito, as relações entre pessoas, na medida em que o tempo passa, podem surgir flutuações, deformações, mudança de hábitos e de costumes.

Enfim, uma fadiga que pode projetar uma insuportabilidade de convivência.

Digo isso para projetar um primeiro sentimento que vai no sentido de confirmar a sentença e o convencimento do julgador de primeiro grau.

A saber: indubitavelmente, depois de tanto tempo, seja por qual motivo for, a autora deixou de morar com aqueles para quem ela fez a doação com encargo, para passar a viver com outra filha.

Esse é um fato incontroverso.

Certo que o relato de agressões e injúrias estão só no relato da donatária/autora.

Mas não se pode negar que ela afirma a falta de cumprimento do encargo e, por esta razão que a donatária alega, ela deixou de morar com o beneficiários da doação.

E foi viver com outra filha.

Este é um dado concreto que, na falta de algo um tanto mais direto, viabiliza o convencimento, de certa forma indiretamente, que faz convencer na linha do que diz a sentença.

Por igual, tem um outro argumento utilizado na contestação que, também indiretamente, pode ser utilizado para projetar o convencimento pela revogação da doação.

Falo da interpretação proposta na peça contestatória no sentido de que "somente a ingratidão 'do donatário' pode dar azo a revogação" (fl. 55). Para depois concluir: " Não há nos autos relato de que o donatário tenha praticado qualquer ato comissivo a ensejar a tipificação prevista no artigo 557, não servindo ilações acerca da conduta de sua esposa se estas não vêm necessariamente vinculadas à conduta do donatário, filho da autora".

Do ponto de vista estritamente jurídico, a sentença foi certa.

Disse o digno julgador:

"Dito isso, a questão a ser analisada refere-se a possibilidade do donatário, Sr. Bernardo, sofrer as consequências dos atos praticados por sua esposa, a ré Sandra.

Importante registrar que, conforme relatado pela autora em seu depoimento, Bernardo era sabedor ao menos das agressões verbais de sua esposa, o que, por si só, já revela a existência de conduta omissiva em relação às agressões sofridas por Marta.

[...]

Assim, a doação e seus benefícios alcançaram, sem sombra de dúvidas, a ré Sandra, esposa do filho da autora, o donatário da doação em questão.

De igual sorte, se o benefício da doação é estendido ao cônjuge, inclusive com direito a meação em caso de partilha, por óbvio, as obrigações também serão, o que revela, de sobremaneira, a pertinência do pedido de revogação fundado na ingratidão pelos beneficiados, especificamente por Sandra".

E mais uma vez, não se pode deixar de trazer à baila, um convencimento que nasce na ordem indireta daquilo que se apresenta.

Com efeito, no momento em que uma parte ré, alega que só a ela se poderia imputar um descumprimento de encargo, indiretamente, esta mesma parte está deixando um espaço de convicção onde se abre alguma hipótese de que a outra parte ré, pode, de uma forma ou de outra

ter agido de forma a causar algum desconforto a donatária. (fl. 213-215)

Dessarte, mostra-se evidente que a alegada violação dos dispositivos de lei federal constituem questões eminentemente fáticas, razão pela qual o acolhimento da pretensão veiculada no apelo especial, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DOAÇÃO. REVOGAÇÃO. INGRATIDÃO DOS DONATÁRIOS. OFENSA À INTEGRIDADE PSÍQUICA. PROVA. ART. 557 DO CC/2002. ROL MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO. ENUNCIADO Nº 33 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. INJÚRIA GRAVE. DEMONSTRAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O conceito jurídico de ingratidão constante do artigo 557 do Código Civil de 2002 é aberto, não se encerrando em molduras tipificadas previamente em lei.

2. O Enunciado nº 33 do Conselho da Justiça Federal, aprovado na I Jornada de Direito Civil, prevê que "o Código Civil vigente estabeleceu um novo sistema para a revogação da doação por ingratidão, pois o rol legal do art. 557 deixou de ser taxativo, admitindo outras hipóteses", ou seja, trata-se de rol meramente exemplificativo.

3. A injúria a que se refere o dispositivo envolve o campo da moral, revelada por meio de tratamento inadequado, tais como o descaso, a indiferença e a omissão de socorro às necessidades elementares do doador, situações suficientemente aptas a provocar a revogação do ato unilateral em virtude da ingratidão dos donatários.

4. Rever o entendimento do acórdão impugnado, que considerou cabível a revogação por ingratidão no presente caso, ante a gravidade dos fatos narrados na inicial e demonstrados nos autos, implicaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento inadmissível em âmbito de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1593857/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 28/06/2016- g.n.)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator